

Introdução

Esta dissertação tem origem em duas preocupações aparentemente distintas, mas essencialmente associadas, e associá-las corretamente é um dos seus principais objetivos.

Uma, nascida do esforço de traduzir textos literários (sobretudo Aristófanes) e filosóficos (especialmente Platão), diz respeito à necessidade de explicar o achado de abundantes “coincidências” temáticas, linguísticas e aparentemente até mesmo de pensamento entre passagens de Aristófanes e textos platônicos, dando margem à hipótese de uma significativa intertextualidade entre esses autores.

Essa impressão, é verdade, está longe de ser nova: há um pequeno número de conhecidos comentaristas de Platão que apontam aqui e ali, ainda que de modo avulso e meio casual, algumas dessas coincidências¹.

Mas o significado atribuído a esse fenômeno pelos *scholars* da filosofia costuma ser pouco ou nenhum, além do reconhecimento da óbvia sensibilidade literária platônica e de uma provável familiaridade com as peças de Aristófanes. Prevalece, porém, a esmagadora opinião de que não só tais alusões, mas até mesmo os próprios escritos do comediógrafo, não deveriam ser levados a sério em termos de pensamento, e muito menos, é claro, ser considerados em sua possível influência sobre os diálogos de Platão.

Ao contrário, acreditamos ter razões para pensar que tais alusões platônicas não são casuais e despreziosas, mas parecem visar a um propósito bem definido, e podem ter a ver, algumas vezes, com decisões cruciais para Platão no encaminhamento e formatação de sua obra, notadamente nos diálogos iniciais.

A outra preocupação, mais acadêmica talvez, a orientar este trabalho, tem por ponto de partida a interpretação extremamente original e fecunda, embora polêmica, de Charles Kahn, que questiona a tendência convencional de interpretação evolutiva do pensamento de Platão, e a conseqüente leitura tradicional do *corpus platonicum* como dividido em três grandes fases, sendo a

¹ Exemplos seriam Leo Strauss, A.E. Taylor e, de modo limitado, W.K.C. Guthrie, entre outros que serão mencionados ao longo desta dissertação.

primeira delas considerada praticamente uma tentativa de transcrição histórica do pensamento do mestre pelo discípulo: os chamados “diálogos socráticos”².

A propósito, Kahn, além de chamar essa tendência de evolutiva ou “desenvolvimentista” (*developmental tendency*), a situa como um dos polos antagônicos – o outro seria a tendência unitarista – em que se divide a interpretação de Platão desde o início do século XIX, admitindo, entretanto, a existência de posições intermediárias ou ecléticas, como a de Zeller³.

Diz Kahn (1996b) a esse respeito:

“A tradição unitarista tende a assumir que os vários diálogos são compostos de um único ponto de vista, e que sua diversidade deve ser explicada antes em bases literárias que por uma mudança na filosofia do autor.

Diálogos diferentes são vistos como explorando o mesmo problema de diferentes direções, ou como levando o leitor a níveis mais profundos de reflexão. Segundo Schleirmacher, a ordem dos diálogos é a ordem de uma educação filosófica. A tradição unitarista tem sido representada neste século (de diferentes formas) por Von Arnin, Shorey, Jaeger, Friedländer, e pela escola de Tübingen.

A tendência desenvolvimentista, por outro lado, assume que Platão mudou de ideia, e que a diversidade dos diálogos reflete diferentes estágios na evolução do pensamento de Platão. A K.F. Hermann é dado o crédito de ter sido o primeiro a reconhecer um período “socrático” na obra inicial de Platão e a interpretar a sequência de diálogos com referência à biografia intelectual de Platão.

(...) Esta abordagem pressupõe que podemos localizar com alguma acuidade a posição filosófica de Sócrates dentro dos diálogos, para traçar o movimento de Platão a partir desse ponto. Assim, Guthrie (1975, p.67) reconhece um grupo de diálogos em que Platão ‘está, de modo imaginativo, resgatando, em forma e substância, as conversações de seu mestre sem ainda aditar-lhes nenhuma doutrina distintiva dele mesmo’. Uma formulação mais sutil e extrema da visão desenvolvimentista foi dada por Gregory Vlastos, que encontra uma filosofia essencialmente socrática em cerca de dez ou doze diálogos platônicos.

De acordo com Vlastos, nesses diálogos Platão está ainda sob o encanto de seu mestre, cuja filosofia é não só distinta, mas antitética do pensamento do próprio Platão. Quando Platão se torna um filósofo original, ele partiria de sua posição socrática original e reage contra ela.”

Por outro lado, é claro que esse antagonismo não é tão radical que não admita temperamentos, como o ensaiado pelo próprio Kahn em seu artigo “Vlastos’ Socrates” (KAHN, 1996a, p.62):

² No caso presente, a expressão “diálogos socráticos” significa os primeiros diálogos de Platão, em que, segundo a interpretação evolutiva, a influência socrática seria mais visível. Mais adiante, como veremos, Kahn vai usar a mesma expressão para indicar os chamados “*sokratikoi logoi*”, ou seja, um modo genérico de denominar a forma ou gênero literário escolhido por Platão para veicular seu pensamento.

³ Charles Kahn, em seu artigo “Vlastos’ Socrates” (1996a), diz, a propósito, o seguinte: “No geral, a tendência predominante entre unitaristas e evolutivos tem buscado algum compromisso, na linha proposta por Zeller, em que a filosofia de Platão é vista (em face do provável pensamento de Sócrates), por um lado, como um acabamento, e, por outro, como uma extensão e transcendência.”

“Antes de examinarmos o argumento de Vlastos é preciso distinguirmos o que é controverso em suas alegações daquilo que é terreno comum de qualquer interpretação responsável. Não há dúvida sobre um importante fato negativo: a ausência da clássica Teoria das Formas nos assim chamados diálogos socráticos. Em dez ou doze diálogos prévios ao *Mênon*, encontramos Sócrates discutindo tópicos de ética, política e religião, incluindo poesia e educação, sem apresentar nenhum esquema metafísico e sem articular uma teoria do conhecimento ou psicologia. Epistemologia aparece pela primeira vez no *Mênon*, na doutrina da reminiscência; a concepção metafísica das Formas é exposta no *Banquete*, *Fédon* e *Crátilo*; a psicologia tripartite é acrescentada na *República*. Nenhuma dessas teorias caracteristicamente platônicas pode ser encontrada nos diálogos anteriores ao *Mênon*. Qualquer visão unitária razoável deve conceder esse mínimo de “desenvolvimento”: Platão primeiro escreveu a *Apologia* e uns dez diálogos em que Sócrates aparece essencialmente como filósofo moral; mais tarde ele escreveu os cinco diálogos há pouco mencionados, em que teorias mais ambiciosas são introduzidas.”

De todo modo, e em poucas palavras, o que Kahn propõe e demonstra em seu livro *Plato and the Socratic Dialogue, The Philosophical Use of a Literary Form*, com minucioso exame de cerca de dezoito diálogos (tradicionalmente da fase inicial e intermediária), é uma coisa que parece óbvia, mas apesar disso, tem sido, em última análise, a raiz do que considera descaminhos da interpretação evolutiva: que os diálogos platônicos têm natureza ficcional sem maiores intenções historicistas do que as impostas pela exigência de verossimilhança, comum a qualquer obra literária (KAHN, 1996b, p.94).

Assim, um dos piores lugares para se encontrar a representação do Sócrates histórico seriam os diálogos de Platão, como, de resto, os fragmentos supérstites de diálogos de seus contemporâneos – os socráticos “menores” Ésquines, Fédon, Euclides e Antístenes.

Não haveria, então, “diálogos socráticos”, no sentido de reprodutivos do pensamento do Sócrates histórico, mas tão somente diálogos platônicos. Kahn se socorre até de Aristóteles, em *Poética* em abono dessa sua visão, repleta de bom senso, de que os *lógoi sokratikoí* nada seriam senão um gênero literário muito em voga nos anos que se seguiram à morte de Sócrates:

“Mas a arte que apenas recorre somente a palavras nuas (“*psiloí lógoi*”, prosa) ou metrificadas (versos) e, neste caso, seja combinando uns com os outros, seja servindo-se de uma única espécie de metros, vem a estar inominada (“*anónimov*”) até agora.

Com efeito, não poderíamos denominar de modo comum *os mimos de Sófron e Xenarco e os diálogos socráticos, casos em que se faz imitação...*” (*Poética*, 1447a29-1447b10, grifos meus)

A originalidade de Platão, como praticante desse gênero literário, foi pô-lo a serviço de seu projeto filosófico e de revolução pedagógica, moral e política do mundo grego.

A tese de Kahn, cujo exame mais detido será objeto do Capítulo 2 deste trabalho, inclui, além dessa constatação da inexistência de pretensão à pesquisa histórica na ficção platônica, uma ideia de exegese do filósofo não tão vinculada à dimensão temporal e cronológica de escritura dos diálogos, mas antes, a um enfoque espacial⁴, que teria como centro de gravidade a *República*.

Cada diálogo seria, a seu ver, tão mais precoce e, portanto, distinto desse centro quanto menos elementos apresentasse da visão de mundo exposta na *República* e centrada na Teoria das Formas.

Assim, pôde⁵ ele conceber uma série de diálogos denominados socráticos (*Laques*, *Cármides*, *Éutifron*, *Protágoras*, *Mênon*, *Lísis*, *Eutidemo*, *Banquete*, *Fédon* e *Crátilo*) como sendo preparatórios para a ontologia e epistemologia expostas em sua forma mais acabada e canônica na *República*.

Tal modo de exposição gradual por Platão dessa doutrina central em que existiria, de modo sistemático (considerado cada diálogo isoladamente), um procedimento antecipatório de conteúdos só esclarecidos em obras posteriores, chama ele de “proléptico”.

Kahn oferece diversas razões pedagógicas, literárias e políticas para a escolha por Platão desse método proléptico de apresentação do seu pensamento, que abordaremos oportunamente.

E nos brinda com uma contraprova da funcionalidade desse método: se examinarmos os diálogos numa ordem retrospectiva, certas passagens e detalhes da argumentação que pareciam enigmáticos quando lidos na “ordem natural”⁶

⁴ É claro, e se verá aqui, que esse enfoque espacial vai terminar resultando numa nova cronologia própria do autor, recaindo, indiretamente, no mesmo problema de datação provável dos diálogos, que parece mesmo inevitável. Só que agora o critério dessa nova organização cronológica passa a ser a maior ou menor presença antecipatória da Teoria das Formas.

⁵ Apesar de a última reforma ortográfica brasileira vedar o uso do acento diferencial nessa palavra, insisto nele para não obrigar o leitor a reler a frase para só então decidir se se trata de “pôde” ou “pode”.

⁶ Que implica uma releitura retrospectiva dos diálogos, partindo da *República*.

sugerida por Kahn para sua composição subitamente se iluminam, e passam a ser entendidos à luz do conhecimento desenvolvido nos diálogos posteriores.

É como se Platão nos convidasse a lê-los numa direção e relê-los na direção oposta.

Sua proposta hermenêutica permite a Kahn uma nova perspectiva da situação cronológica (a seu ver, menos cronológica que espacial) desses diálogos, tendo sempre por medida o maior ou menor afastamento dos conteúdos de cada um do centro filosófico do *corpus platonicum*: a *República*⁷.

Desse modo, tudo se passaria como se Platão já estivesse de posse, pelos menos em linhas gerais, do seu ponto de chegada teórico – a metafísica das Formas – quando empreende a escrita do primeiro diálogo suscetível de ser apreciado segundo tal critério⁸ (de “tropismo” pela Teoria das Formas).

Ocorre que, embora Kahn valorize e até enfatize a natureza ficcional dos diálogos, ele entende que deve ceder pelo menos um mínimo às proposições evolutivas, de modo que admite que pelo menos a *Apologia* (conquanto aí também perceba traços de ficcionalidade) seria, em essência, quase um documento histórico (KAHN, 1996b, p.52, 88-91), “algo como a versão de Tucídides da Oração Fúnebre de Péricles” (VLASTOS, 1991, p.49, n15).

Com isso, entende a *Apologia* como uma versão literária de um discurso público concreto, onde haveria, segundo ele, “*contrangimentos externos*” significativos a obstar uma ficcionalização aberta (KAHN, *op.cit.*, p.89).

Portanto, para ele, se há algo mínima e legitimamente socrático nos diálogos, esse algo deve constar da *Apologia* e, quando muito, do *Críton* (*Id.*, *ibid.*): e isso (afinal, uma concessão de um unitarista à tendência evolutiva) é o que chama de “*minimal view*”, por oposição à “*maximal view*”, que atribui a Vlastos, Guthrie e outros comentadores adeptos de um entendimento evolutivo dos diálogos.

⁷ Kahn conjectura a seguinte ordenação dos diálogos prévios à *República* num único grupo I:

- 1- *Apologia*, *Críton*
- 2- *Íon*, *Hípias Menor*.
- 3- *Górgias*, *Menexeno*.
- 4- *Laques*, *Cármides*, *Eutífron* e *Protágoras*.
- 5- *Mênnon*, *Lísis* e *Eutídemo*.
- 6- *Banquete*, *Fédon* e *Crátilo*.

⁸ Como se vai ver, o critério proléptico de exame não abrange o que seriam, para Kahn, os prováveis seis primeiros diálogos, onde o tema condutor (a Teoria das Formas) estaria ausente.

Nesse ponto, como se pode ver, sua visão hermenêutica inovadora refluí para o leito do *mainstream* e Platão, ao menos na *Apologia*, volta a ser, no fundamental, apenas um historiador ou biógrafo de Sócrates.

Além disso, Kahn não consegue situar os primeiros seis diálogos no âmbito de abrangência da explicação proléptica, cujo primeiro elo discernível por ele seria o início da pesquisa por definição como processo ontologicamente orientado, antecipação deliberada da busca das essências, coisa que ele caracteriza como primado “*epistêmico*” da definição (*Ibid.*, p.94).

Em consequência, *Apologia*, *Críton*, *Íon*, *Hípias Menor*, *Górgias* e *Menexeno* não reuniriam credenciais para se candidatar a objeto do método proléptico de interpretação porque nesses diálogos estaria ausente qualquer traço reconhecível da Teoria das Formas.

Em tais diálogos, o elenco socrático ainda não teria sua configuração plena e não se dirigiria a uma aporia inexorável, após abortadas sucessivas tentativas de definição. Neles, a pergunta “*o que é*” seria enunciada muito mais para esclarecimento semântico sobre o objeto da discussão do que como prenúncio da necessidade de uma teoria ontoepistemológica para dar conta do ser das coisas.

Com isso, esses seis diálogos ficam fora do alcance da explicação proléptica, não “cabem” nela, e, além disso, o (provável) primeiro deles, a *Apologia*, tem ainda outro ônus não imputado aos outros cinco⁹: encontra-se destituído ou diminuído em suas pretensões literárias, tratada como documento histórico.

Assim, perde a *Apologia* a oportunidade de ser interpretada no bojo de uma teoria inovadora e mais aberta ao exame dos diálogos segundo critérios não só filosóficos, mas também literários, reduzida à condição de produto quase documental.

Não por acaso, Kahn recusa a Aristófanes qualquer crédito como fonte de compreensão seja do Sócrates “histórico” da *Apologia*, seja sequer dos eventuais e, em sua opinião, secundários, elementos ficcionais desse trabalho inaugural de Platão (KAHN, 1996b, p.72).

⁹ Esses cinco ainda se beneficiariam, ainda que menos, das teses de Kahn, senão por antecipar as Formas, pelo menos por esboçar temas mais tarde retomados em maior profundidade, como a questão da *téchne* poética, e da própria *téchne*, em geral, no *Íon*, a do exame de paradoxos morais socráticos no *Hípias Menor* e a da retórica, política e justiça no *Górgias*.

E é com a rapidez de dois parágrafos que fulmina os textos de Aristófanes e da comédia antiga em geral, invalidando-os como portadores de qualquer pensamento sério no que diz respeito a subsídios para a interpretação dos diálogos platônicos:

“A importância central de Sócrates não é matéria de disputa. O que está em questão é quanta filosofia Platão aprendeu dele. Nesse aspecto, o problema do Sócrates histórico é não só intrigante, mas talvez insolúvel. Nossos únicos relatos contemporâneos são os de Aristófanes e outros poetas cômicos, que gostavam de zombar de seus olhos protrusos, seus pés descalços e aparência desleixada, e seu ardente interesse por conversa ociosa.

Mas, exceto para localizá-lo nos círculos intelectuais representados por Eurípides e os sofistas, essas caricaturas cômicas nada nos dizem do conteúdo do pensamento de Sócrates.” (*Id., ibid.*)

É que sua tese proléptica, visando à Teoria das Formas, tem como condição necessária a admissão e valorização de motivações de tipo pedagógico e literário para a estratégia de inserção gradual por Platão de certos conteúdos filosoficamente relevantes.

Assim, assimilada por Kahn a texto de índole documental, estariam, no mínimo, enfraquecidas quaisquer pretensões literárias de interpretação da *Apologia*, o que equivale a desconectar esse diálogo do restante da obra no que tange à exegese proléptica.

A ideia básica, portanto, dessa dissertação é tentar estender o método proléptico de Kahn para os primeiros diálogos, sobretudo a *Apologia*, mantendo a *República* como centro de gravidade, mas encontrando outro aspecto dessa obra central que não a Teoria das Formas para justificar o emprego da exposição gradualmente antecipatória. E, ao mesmo tempo, articular isso com a pesquisa do significado e consequências da intertextualidade encontrada entre Platão e Aristófanes.

Para tais propósitos, impõe-se um critério alternativo para uma nova e mais ampla leitura proléptica de Platão, exatamente por se reconhecer que o critério de Kahn – a afinidade com a Teoria das Formas –, como ele próprio aponta e pela razão que aponta – ausência de qualquer vestígio dessa teoria –, não é, de fato, aplicável aos seis primeiros diálogos.

Esse novo critério deveria ser tal que desse conta da produção platônica desde a *Apologia* até a *República* e não (como o de Kahn) limitasse seu marco inicial aos diálogos de definição, sendo o primeiro, provavelmente, o *Laques*.

A necessidade dessa extensão que propomos da ideia metodológico-hermenêutica de Kahn decorre:

1) da constatação de fortes indícios de intertextualidade entre Aristófanes e Platão, que, a nosso ver, excedem em muito qualquer simples coincidência.

2) da percepção do caráter dessa intertextualidade não restrito a citações avulsas de palavras e expressões, mas se estendendo ao uso de procedimentos próprios da comédia antiga, bem como às pretensões políticas e educativas desta, o que parece fornecer até mesmo uma espécie de roteiro para a abordagem platônica de certos temas nos diálogos anteriores à *República*.

3) da verificação de que o formato intertextual e alusivo dos diálogos, sobretudo os anteriores à *República*, não se cinge à relação com a comédia, mas alcança, pelo menos, os dois outros grandes gêneros literários da antiguidade, em que a mimesis é mais notória¹⁰: o gênero épico e o trágico.

4) da observação de que se pode entrever um outro fio condutor a orientar os diálogos até a *República*, tão importante quanto a Teoria das Formas, que é o embate entre, de um lado, o socratismo e a filosofia platônica nascente e, de outro, seu opositor natural e mais sedimentado pela hegemonia pedagógico-cultural e política na cidade: a tradição poética.

Ademais, isso também ajuda a entender a topologia, de outro modo incompreensível e extemporânea, do Livro X da *República*, culminando toda uma extensa discussão, nos nove livros anteriores, de aspectos pedagógicos, filosóficos, religiosos e políticos envolvidos na edificação da cidade ideal.

Ao contrário, a partir desse novo fio condutor, a atopia aparente do livro final da *República* não só se dissolve e elucida como, sobretudo, passa a ser justificada como consequência lógica e absolutamente necessária não só para a

¹⁰ Na *República* III, Platão distingue ainda narração em terceira pessoa de imitação (em primeira pessoa) e, portanto, imitação aqui tem o sentido estrito de “personificação” (*impersonation*), que será alargado com a fundamentação ontológica do Livro X.

De todo modo, no que interessa ao Livro III, a tragédia e a comédia são os gêneros imitativos por excelência, enquanto a épica é em parte imitativa (nas partes dialogadas) e em parte narrativa (e, nesse sentido, não imitativa). Então, até esse momento do diálogo, a lírica seria o único gênero livre de qualquer imitação, já que o poeta sempre fala em seu nome. Sendo os diálogos socráticos, segundo esse critério, um gênero misto, é compreensível que só mantenha intertextualidade com seus pares em termos miméticos: a tragédia, a comédia e a épica.

própria *República* como, e muito mais ainda, para toda a provável sequência dos diálogos platônicos até então.

Do mesmo modo, contribuiria para esclarecer a igualmente estranha consideração de Platão nesse mesmo Livro X acerca da “antiguidade do antagonismo entre filosofia e poesia” (*República*, 607b2-c2)¹¹.

É que, sendo a filosofia, e notadamente a filosofia moral e política de Sócrates e Platão, algo bem mais recente que a poesia – mais remota produção intelectual grega importante de que se tem notícia – e ainda em construção, como poderia seu conflito com a poesia ter tal ancianidade?

Uma possibilidade talvez é que Platão estivesse, ao dizê-lo, pensando, mais uma vez, não historicamente, mas filosófica e dramaticamente, em quão antigo, *em sua própria obra*, é esse embate.

E é, de fato, num verdadeiro corpo a corpo com essa tradição poética que Platão vai encontrando, apurando e delineando tanto sua prática discursiva quanto sua visão de mundo, num *agón* contínuo, e extremamente produtivo teoricamente, de que resulta, por contraste, a determinação mais precisa de seus próprios objetivos filosóficos e de expressão literária¹².

Esse combate encontrará na Teoria das Formas, em sua versão da *República*, um valioso instrumento teórico para a aplicação do golpe de misericórdia nas pretensões cognitivas e no prestígio social da tradição poética.

Assim, em certo sentido, a edificação da epistemologia e ontologia platônica subordinou-se, em algum momento, e serviu aos interesses de seu projeto político-literário de direção moral e intelectual da cidade.

Este último vem antes, e, portanto, tem precedência como o primeiro motor do pensamento de Platão, que, só instigado pelo desejo de reformar o modo de viver, pensar e fazer política de seus concidadãos, é que se dispôs a filosofar.

¹¹ As citações de textos gregos, ao longo desta dissertação, decorrem de nossa própria tradução, a menos que se indique expressamente o tradutor.

¹² Numerosos são os autores que compartilham, de algum modo, essa visão, alguns do campo da filosofia, como Martha Nussbaum, “Aristophanes and Socrates on Learning Practical Wisdom”, in *Sócrates, Critical Assessments*, William J. Prior (org.), vol. I, Routledge, Londres e Nova York, 1996, e Fausto dos Santos, “Platão e a linguagem poética”, Argos, Chapecó, 2008, mas a maioria é composta de helenistas conhecidos, como Andrea Wilson Nightingale, “Plato and the Construct of Philosophy”, Cambridge University Press, Cambridge, 1995; Diskin Clay, “Platonic Questions, Dialogues with the Silent Philosopher”, Pennsylvania State University, Pennsylvania, 2000, e muitos outros.

Por isso, não é a toa que se propõe aqui uma prolepse em termos político-literários de modo algum excludente da de Kahn (estribada na Teoria das Formas), mas apenas mais retroativa e mais abrangente, em número de diálogos platônicos, que a dele.

Mas, em termos práticos e de escopo mais modesto, o que se está tentando nesta dissertação, é “salvar” a *Apologia* da singularidade suposta por Kahn, de único documento histórico entre os escritos ficcionais de Platão, para a possibilidade de uma apreciação metodológica do tipo da do próprio Kahn, só que realçando seu papel como primeiro elo desse extenso projeto político-literário de Platão, que tem seu desfecho no Livro X da *República*.

Em suma, o que esta dissertação pretende não é criticar o essencial da tese hermenêutica de Kahn, mas antes exprimir acordo e admiração em relação a ela, a tal ponto que tenta expandir sua abrangência explicativa, de modo a resgatar, para sua lógica e órbita de influência, os seis diálogos de Platão considerados por ele iniciais, órfãos dessa visão esclarecedora, e de modo especial, a *Apologia*, na medida em que sua exclusão por Kahn da possibilidade de gozar da iluminação de sua exegese foi o mais peremptória possível.

Para tanto, é preciso examinar a complexa e abundante intertextualidade desse diálogo inaugural com a tradição poética, seja a herança épica, seja a contemporaneidade trágica¹³, mas, sobretudo, com a comédia antiga, e com Aristófanes em particular.

Isso sem falar da intertextualidade interna, e também proléptica, da *Apologia* com os demais e subsequentes diálogos platônicos.

Daí ser a parte mais substancial deste trabalho destinada à interpretação intertextual e o mais possível proléptica da “*Apologia de Sócrates*”, desenvolvida nos Capítulos 4 e 5.

¹³ De início, esta dissertação foi concebida para ter mais um capítulo, que serviria justamente para investigar a dívida dos diálogos platônicos não apenas com a comédia antiga, mas também com a épica e a tragédia, mas a extensão do trabalho e a exiguidade do tempo disponível impuseram, ao final, sua supressão no texto final.

Quanto à sua intertextualidade com os gêneros cômico, trágico e épico, a *Apologia* poderia ser dividida em três partes: a) a inicial – de 17a a 28b –, de fortes acentos cômicos, com as provocações e zombarias de Sócrates dirigidas aos juízes; b) a média – de 28b3 a 35d10 –, mesclando comicidade (a sugestão da pena de ser honrado no Pritaneu) a tons épicos, como quando se compara a Aquiles com sua coragem e fidelidade a uma missão; c) a final – de 35e a 42a4 –, com a atmosfera um pouco mais sombria (mas sem ser trágica) e acentuada inspiração épica, com muitas alusões às epopeias homéricas.

Nesses capítulos, propõe-se que a filosofia ter-se-ia instituído, inicialmente, pelas mãos de Platão, como novo e superior gênero literário, gigantesco edifício ficcional protagonizado pelo personagem Sócrates, como uma verdadeira poesia filosófica, razão da ultrapassagem, insinuada no final do *Banquete*, da tradicional divisão dos gêneros:

“**Aristodemo** – Mas em resumo, disse, Sócrates os levava a reconhecer que é da competência do mesmo homem escrever comédias e tragédias, e que o poeta trágico de verdade também será o poeta cômico.” (*Banquete*, 223d2-4)

No Capítulo 3, oferecem-se argumentos contra a historicidade da *Apologia* sustentada por Kahn.

No Capítulo 6, destacam-se também três temas-chave para a compreensão da *Apologia*:

- a) numa argumentação histórico-filosófica, a questão do oráculo;
- b) numa argumentação filológico-filosófica, a questão do elenco; e
- c) numa argumentação estético-filosófica, a questão da ironia como método e da comicidade como estilo.

Nesse sentido, a filosofia se teria estabelecido num diálogo crítico com os gêneros existentes.

Antes disso, no Capítulo 2, esboça-se, de modo instrumental para nossos propósitos, uma brevíssima contextualização do papel da poesia menos como “literatura” e mais como o veículo por excelência da educação moral e política na Atenas do século V a.C.

Em seguida, ainda no Capítulo 2, pretende-se dar alguma notícia sobre a questão socrática e as perplexidades decorrente dos problemas e desencontros de suas quatro fontes testemunhais: Aristófanes, Platão, Xenofonte e Aristóteles.

E finalmente, no intuito de tentar dimensionar um pouco melhor o teor de ficcionalidade ou de historicidade do personagem Sócrates, tenta-se apresentar um breve quadro acerca do ponto de partida desta dissertação, ou seja, o confronto entre a perspectiva unitarista e proléptica das obras platônicas do *Laques à República*, defendida por Kahn, e a tradicional, evolutiva, capitaneada, em sua expressão mais radical, segundo o próprio Kahn, por Vlastos (KAHN, 1996b, p.39).